Questão Discursiva 04362

Um funcionário da Receita Federal é chamado de "adúltero e cafetão" por sua ex-mulher em pleno local de trabalho. Em decorrência disso, o funcionário representa contra ela ao MPF. Decorridos mais de 20 dias sem que o MPF se tenha manifestado sobre a representação, a vítima contrata um advogado, o qual oferece queixa conta a ex-mulher pelo delito de injúria, ajuizando-a perante o Juizado Especial Federal. Na audiência preliminar, a vítima resolve conciliar-se com a autora do fato e, assim, perdoá-la. Em face disso, o juiz declara extinta a punibilidade e determina o arquivamento do feito. Inconformado com o desfecho dado ao caso, o MPF recorre tempestivamente da decisão à Turma Recursal, alegando que o perdão só poderia ter sido homologado com sua concordância. Na qualidade de juiz da Turma Recursal explique se a decisão recorrida está correta.